

Pesquisa documental: **8**

escavações e evidências

No Capítulo 7, mencionei a utilização potencial de documentos, junto com dados observacionais, na prática da pesquisa social. Em um nível, isso foi apresentado como um meio de reforçar o entendimento em estudos de caso pela capacidade de situar os relatos contemporâneos em um contexto histórico. Também permitiria fazer comparações entre as interpretações dos eventos feitas pelo observador e aquelas registradas nos documentos relacionados aos mesmos. Ao mesmo tempo, essa fontes podem ser utilizadas por seu próprio mérito. Elas podem nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas. Como tal, o título geral de pesquisa documental merece a nossa atenção. Como veremos, ele cobre uma ampla variedade de fontes, incluindo estatísticas oficiais, fotografias, textos e dados visuais, em geral. Os comentários de advertência feitos no Capítulo 4 sobre a utilização de fontes secundárias para pesquisa devem ser lidos junto com as descrições a seguir.

O LUGAR DOS DOCUMENTOS NA PESQUISA SOCIAL

Há uma ampla variedade de fontes documentais à nossa disposição para a pesquisa social. Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações

sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes. Não obstante, a despeito da sua importância para propósitos de pesquisa e de permitirem um amplo leque de desenhos de pesquisa (Hakim, 1987; Bechhofer e Paterson, 2000), o volume de textos dedicados a esse tópico não é tão grande em relação a outros métodos que examinamos. Por que isso acontece?

Ken Plummer (1990) oferece uma resposta para essa pergunta que é digna de consideração. Embora vivamos aparentemente na era do pós-positivismo, não são poucos os lugares onde essa compreensão parece ter passado ao largo as práticas concretas da pesquisa social. As influências gêmeas dos metodologistas positivistas e das teorias abstratas sobre a pesquisa social podem levar a rejeitar os documentos como “impressionistas” ou a considerar a utilização de qualquer tipo de dados como nada mais do que empirismo grosseiro (assim, fundindo os termos empírico e empírica). Portanto, a despeito da riqueza de *insights* que estão disponíveis a partir dos documentos, os relatórios de pesquisa baseados nessas fontes podem estar sujeitos a incompreensões. Em contraste com essas tendências, é claro que a pesquisa social tem muito o que aprender dessas fontes.

Uma razão mais profunda focaliza a utilização de documentos para pesquisa histórica. Com frequência, pensa-se que a história não se acomoda às disciplinas das ciências sociais (Goldthorpe, 1984). Também há uma diferença de ênfase entre as disciplinas na extensão em que os sociólogos, por exemplo, “não procuram amarrar os seus argumentos a coordenadas específicas de tempo e espaço tanto quanto testar a extensão da generalidade deles” (Goldthorpe, 2000, p.31). Outra possibilidade enfoca sobre o próprio método: em comparação com outros que cobrimos até aqui, a pesquisa documental,

não é uma categoria distinta e bem reconhecida, como a pesquisa de *survey* e a observação participante... Dificilmente pode ser considerada como constituindo um método, uma vez que dizer que se utilizará documentos é não dizer nada sobre como eles serão utilizados. (Platt, 1981a, p.31, grifo do original)

Tomamos um desses três pontos de cada vez. O positivismo foi criticado como sendo baseado em um conceito limitado de ciência, o qual, examinado, não pode satisfazer os seus próprios cânones de investigação científica, pois os seus métodos reproduzem e refletem vieses já contidos na sociedade. Quanto aos debates sobre o relacionamento entre a história e a pesquisa social, o espaço impossibilita uma discussão detalhada. Entretanto, a história como uma disciplina em si fornece-nos um sentido sobre o nosso “passado” e, com isso, sobre as maneiras nas quais o nosso “presen-

te” veio a existir. A natureza das relações sociais, políticas e econômicas passadas está lá para que vejamos através de atos de pesquisa histórica que nos permitem refletir sobre questões contemporâneas. Por exemplo, Geoff Pearson (1983) examina a visão de que o vandalismo é sintomático de uma decadência moral contemporânea decorrente de uma “época permissiva”. Empregando uma gama de fontes documentais que remontam à época vitoriana, ele examina aquelas que, com frequência, são consideradas “índices do ouro”, somente para descobrir que temores idênticos foram expressos em cada um dos períodos considerados. Portanto, esse estudo demonstra que esse fenômeno não é peculiar à época contemporânea como em geral acredita-se.

Também podemos ver como questões novas, oriundas de preocupações contemporâneas, podem nos remeter de volta a uma interrogação histórica para descobrir aqueles aspectos do passado que tinham até então permanecido ocultos. Como Sheila Rowbotham afirma em relação à história e ao movimento das mulheres, e à consciência que ele gerou, havia uma crença disseminada de que elas tinham realizado pouco e, todavia, “quanto mais eu lia, mais descobria o quanto tinham feito de fato” (Rowbotham, 1999, p.20). Claramente, os tipos de perguntas que fazemos à história e como a nossa existência contemporânea informa esse processo têm implicação sobre o que descobrimos e, mais importante, sobre o que é ignorado.

As maneiras nas quais os documentos são utilizados é claramente uma questão metodológica e teórica, assim como a temática relativa às técnicas que cercam o método. Por exemplo, tome a idéia de que um documento é um monumento ao passado, deste ponto de vista podemos dizer,

que a história, na sua forma tradicional, compromete-se a “memorizar” os monumentos do passado, transforma-os em *documents* e dá voz àqueles traços que, em si mesmos, com frequência, são não-verbais ou que dizem em silêncio algo diferente do que dizem de fato; na nossa época, a história é o que transforma *documents* em *monuments*. (Foucault, 1989, p.7, grifo do original)

Para realizar essa modalidade de análise, precisam ser estabelecidos problemas de relevância, alcance e relações entre os eventos. O meio para fazê-lo é utilizar a idéia de uma constante que pode, por exemplo, ser invocada para demonstrar o desdobramento gradual da história em termos do progresso. De fato, grande parte da história sobre a qual lemos é exatamente desse tipo. Entretanto, e se um evento é analisado sem invocar a sua relação com outros eventos como parte, por exemplo, do progresso da racionalização na direção de um suposto mundo melhor? Questionar a

necessidade dessa maneira requereria que nós víssemos os eventos e, logo, os documentos a eles relacionados, não como auto-evidentes, mas como parte das maneiras nas quais a verdade é processada. Essa investigação do modo de ordenamento do mundo social é precisamente o que Foucault (1991) utilizava nos seus estudos da medicina, da doença mental, da sexualidade e da criminalidade:

Se estudei as “práticas” como as do encarceramento dos loucos, ou da clínica médica, ou da organização das ciências empíricas, ou da punição legal, foi para estudar o interjogo entre um “código”, que regra as maneiras de fazer as coisas (como as pessoas devem ser graduadas e examinadas, as coisas e signos classificados, os indivíduos treinados, etc.), e uma produção de discursos verdadeiros, que servem para descobrir, justificar e fornecer razões e princípios para essas maneiras de fazer as coisas. (Foucault, 1991, p.79)

Essas abordagens diferentes dos documentos são fundamentais para o modo como vemos os nossos arredores e a nós mesmos. Todavia, em um nível mais instrumental, as ambiguidades e tensões ao redor da pesquisa documental estão mudando conforme mais pesquisadores utilizam documentos devido a crescente disponibilidade de dados nas sociedades modernas – particularmente através da internet. Assim, os pesquisadores precisam estar cientes das fontes documentais que podem ser utilizadas, bem como das maneiras com que isso pode ser feito (o “como” de Jennifer Platt). A próxima seção examina várias dessas fontes, e a segunda parte do capítulo examina as perspectivas e os processos que informam a sua utilização e coleta.

Fontes de pesquisa documental

As fontes incluem documentos históricos, como leis, declarações estatutárias e também os relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos, nos quais elas estiveram envolvidas de fato. Embora muitas definições de documentos tenham um alcance estreito, John Scott oferece uma definição ampla para propósitos de pesquisa que é digna de ser citada por extenso:

um documento no seu sentido mais geral é um texto escrito... Escrever é a produção de símbolos representando palavras e envolve a utilização de lápis ou caneta, máquina de escrever ou outra ferramenta para inscrever a mensagem em papel, pergaminho ou outro meio material... Do mesmo modo, a invenção dos meios magnéticos e eletrônicos de armazenar e exibir textos deveria nos encorajar a considerar os “arquivos” e “documentos” contidos

nos computadores e editores de texto como documentos verdadeiros. Portanto, desse ponto de vista, os documentos podem ser considerados como textos fisicamente corpóreos, onde o conteúdo é o propósito primário do meio físico. (J. Scott, 1990, p.12-13)

Um relatório baseado em estatísticas oficiais estaria coberto por essa definição. A esses, podemos acrescentar outros registros governamentais: por exemplo, anais do congresso, registros ministeriais, debates, discursos políticos, registros e relatórios de comissões administrativas e governamentais. E além desses: o conteúdo da mídia de massa, os romances, as peças, os mapas, os desenhos, os livros, a internet, os documentos pessoais, como biografias, autobiografias, diários e histórias orais, alguns dos quais podem ser utilizados no trabalho e na análise de história de vida (Samuel, 1982; K. Anderson et al., 1990; Plummer, 1990; Dex, 1991; Giele e Elder, 1998; B. Roberts, 2001). Podemos chamar as biografias e os diários de “documentos de curso de vida”, os quais, como afirma Rom Harré,

são gerados depois dos eventos que descrevem, porém são escritos com base naqueles. O diário é um registro contemporâneo do curso de vida psicológico, enquanto a biografia deve ser construída a partir de um passado que deve ser restaurado antes que possa ser descrito. Em consequência, a biografia e a autobiografia são epistemologicamente distintas do diário. (Harré, 1993, p.220)

A essa lista, podemos acrescentar as fotografias que, embora existam na fronteira entre a “estética” e o “documental” (J. Scott, 1990, p.13), podem ser registros de eventos. Por essa razão, também voltamos a atenção para elas com resultados interessantes (Sontag, 1978; Bourdieu et al., 1990; Farran, 1990; Spence e Holland, 1991; Ball e Smith, 1992; A. Young, 1996; Emmison e Smith, 2000). Dado esse catálogo de fontes, não é surpreendente que o livro de Scott vise a “reconhecer essa diversidade nas fontes documentais como um aspecto valioso da pesquisa social” (J. Scott, 1990, p.13). Vamos examinar tanto as fontes físicas como documentais disponíveis para os pesquisadores.

De acordo com E. Webb e colaboradores (2000), os pesquisadores podem utilizar os “traços físicos” como parte do que ele chama “medidas discretas” da pesquisa social. Sherlock Holmes utilizava evidências “físicas” nas suas deduções, as quais eles definem como

aquelas peças de dados não produzidas especificamente para o propósito de comparação e inferência, mas disponíveis para serem exploradas oportunisticamente pelo investigador atento. *Deveria ser enfatizado que as evidências físi-*

cas têm a máxima utilidade em consórcio com outras abordagens metodológicas.
(E. Webb et al., 2000, p.36, grifos nossos)

Nessa categoria ficariam as evidências deixadas na cena de um crime, como um cabelo ou um fragmento de roupa. Com mais profundidade, estas são divididas em medidas de “erosão” e de “acresção”. As medidas de erosão são definidas como aquelas “onde o grau de desgaste seletivo em algum material produz a medida” (E. Webb et al., 2000, p.36). Um exemplo poderia ser utilizar o grau de desgaste em um tapete para determinar a frequência do seu uso, ou o desgaste dos livros de uma biblioteca com um propósito semelhante. De fato, os desgastes em ladrilhos de vinil ao redor de uma vitrine em um museu de Chicago forneceram um indicador aproximado da sua popularidade entre os visitantes (E. Webb et al., 2000, p.37). Em termos da popularidade dos livros de biblioteca, isso poderia ser certificado utilizando-se os registros da mesma, seja no formato manual ou computadorizado. De fato, poderia mesmo ser possível determinar quando as pessoas vão aos seus locais de trabalho observando se elas pegaram a correspondência, se utilizaram o computador, com que frequência acessaram a rede e em que horários.

As medidas de *acresção* são “onde as evidências de pesquisa são algum depósito de material” (E. Webb et al., 2000, p.36). Nesse exemplo, para continuar com a analogia do detetive, há o depósito de lama nos sapatos. A lama pode ser analisada, e a sua origem provável estabelecida, dizendo aos detetives de onde o suspeito ou vítima veio. De maneira semelhante, os arqueólogos estimam as populações dos sítios antigos pelo tamanho da área do piso dos prédios escavados.

A literatura sobre a classificação de documentos (Denzin, 1978a; Burgess, 1990; J. Scott; Calvert, 1991; Forster, 1994; R. Lee, 2000; E. Webb et al., 2000) tende a cair em três grupos principais: primeiro, os documentos primários, secundários e terciários; segundo, os documentos públicos e os privados, e, terceiro, as fontes solicitadas e as não-solicitadas. As fontes primárias referem-se àqueles materiais que são escritos ou coletados por aqueles que testemunharam de fato os eventos que descrevem. Nos termos de Bertrand Russell (1912), eles representam o conhecimento por *família-ridade*. Portanto, é suposto que eles têm maior probabilidade de serem uma representação precisa das ocorrências, tanto em termos da memória do autor (tempo) como da sua proximidade com o evento (espaço). Entretanto, como Bob Burgess (1990, p.124) observa, essas fontes também devem ser vistas no contexto social e, com este propósito, o pesquisador poderia empregar fontes secundárias. Estas são escritas depois de um evento que o autor não testemunhou pessoalmente, e o pesquisador tem que estar ciente dos problemas potenciais na produção desses dados. As fontes terciá-

rias capacitam-nos a localizar outras referências. Elas são os “índices, resumos e outras bibliografias... Há mesmo as bibliografias para ajudar-nos a encontrar bibliografias” (Calvert, 1991, p.120). As bibliotecas possuem coleções de resumo e manuais de referências que auxiliam no processo. A estes, podemos acrescentar as ferramentas de busca e os portais de conteúdos na Internet (veja Stein, 1999). Embora seja importante distinguir entre o que Stuart Peters chama “lixo on-line” e a “informação de valor”,

como pesquisador, uma vez que tenha descoberto como localizar informação rapidamente, você pode ainda começar a contar com a Rede Mundial de Computadores, poupando tempo que, de outro modo, teria sido gasto “pescando” a partir de recursos mais tradicionais. (Peters, 1998, p.1)

A distinção entre documentos públicos e privados é importante. O fato de que possam existir materiais nos diz pouco sobre se o pesquisador pode ter acesso a eles. Por essa razão, John Scott (1990) divide os documentos em quatro categorias de acordo com o grau da sua acessibilidade. Eles são os proibidos, os restritos, os arquivos abertos e os publicados-abertos. No seu estudo da vida e pensamento de Sidney Olivier (um antigo pensador fabiano), Frank Lee (1988) achou necessário buscar a permissão dos guardiões dos “Papéis da Família Olivier”, que são privados e cujo acesso é restrito.

Em termos de documentos públicos, a maior categoria é a daqueles produzidos pelos governos nacionais e locais e incluiria, por exemplo, os registros de nascimentos, casamentos e mortes e também os registros policiais, tributários e habitacionais. Alguns desses documentos podem ser protegidos pelo Ato dos Segredos Oficiais (*Official Secrets Act*) e, portanto, são proibidos. Poucos registros oficiais, como observa Scott, caem na categoria de restritos; um exemplo é o dos papéis reais britânicos, aos quais o acesso pode ser dado somente pelo monarca (J. Scott, 1990, p.17). Os registros de arquivos abertos são armazenados no Cartório de Registros Públicos (Public Records Office – PRO), em Kew, [no Condado de] Richmond, Surrey ou, no caso dos Estados Unidos, na Biblioteca do Congresso. Os documentos abertos publicados incluem muitos daqueles cobertos no Capítulo 4, mais os Atos do Parlamento e os registros dos debates parlamentares nos anais do parlamento.

Por fim, chegamos ao terceiro grupo: os documentos solicitados e os não-solicitados. Essa distinção foi introduzida com base em que alguns documentos teriam sido produzidos visando à pesquisa, enquanto outros teriam sido produzidos para uso pessoal (Burgess, 1990). Por exemplo, os diários podem ser utilizados na pesquisa social pedindo-se aos participantes que registrem eventos particulares e/ou expressem as suas opiniões sobre eles. Entretanto, mesmo que eles sejam para consumo pessoal e se-

jam acessíveis para um pesquisador, eles ainda são "endereço para um público" (Thompson, 1982, p.152) ou o que foi chamado de "leitor modelo" (Eco, 1979). É esse sentido de contexto social e para quem um documento ou texto pode ter sido endereçado que nos aproxima de uma discussão das perspectivas na pesquisa social e dos seus processos.

O PROCESSO DA PESQUISA DOCUMENTAL

Conceituando documentos

Há diversas maneiras nas quais os pesquisadores poderiam conceituar um documento e estruturar as questões de pesquisa adequadamente. De uma maneira ou de outra, temos encontrado a maioria delas nas nossas discussões de outros métodos. Para alguns pesquisadores, um documento representa um reflexo da realidade. Ele se torna um meio através do qual o pesquisador procura uma correspondência entre a sua descrição e os eventos aos quais ela se refere. Contudo, se podemos ler os relatos de um documento, separados dos métodos que empregamos para obtê-lo, não estamos sugerindo, novamente, que haja fatos sociais que existem independentemente de interpretação? Já contraponemos os problemas desta abordagem da pesquisa social.

Em contraste, outras abordagens consideram os documentos como representativos dos requerimentos práticos para os quais foram construídos. Nesse enfoque, examinariamos o que Cicourel (1964) chamou as "estruturas de significado não-declaradas" dos documentos. O documento em si é tomado como representativo de algum padrão social ou valor de uso subjacente. Assim, no seu estudo sobre a justiça juvenil (Cicourel, 1976), ele examinou a tradução das conversas orais entre os jovens e a polícia e os oficiais de condicional em relatórios escritos. Esses relatórios tentavam justificar os procedimentos adotados com este propósito, mas também eram abertos na sua tradução. Isso provia "várias construções do 'que' aconteceu" (Cicourel, 1976, p.17) e elas eram vistas como baseadas em uma forma de "raciocínio prático" que tornava a ordem social da justiça juvenil descritível e compreensível e ainda aberta à negociação e à manipulação pelas partes interessadas. Aqui, há paralelos com a discussão das estatísticas oficiais como "realizações" e das entrevistas como tópicos e não recursos, no sentido de "como" os textos buscam fazer sentido da realidade (R. Watson, 1997).

Um exemplo mais aprofundado dessa forma de pesquisa é a utilização de documentos pelos assistentes sociais em uma agência de segurança que os coloca em uma estrutura orientada para "propósitos organizacionais prá-

ticos" (Zimmerman, 1974). Na maioria das ocasiões, a informação contida neles é aceita sem questionamento como "fato". Se ela é questionada por um requerente de benefícios, por exemplo, então o documento situa-se como o árbitro destes fatos. Com efeito, o pessoal da agência considerava a sugestão de que o documento pudesse ser falso como "inacreditável".

Para eles, as possibilidades abertas por uma dúvida assim, incluindo a possibilidade de uma conspiração entre o candidato e a organização produtora do documento, não podiam ser objeto de conjecturas. A possibilidade de erros era admitida, mas somente como uma divergência de um relatório ordinariamente preciso. (Zimmerman, 1974, p.133)

Afastando-se da idéia de que um documento independentemente relata a realidade social, ou que a sua produção é ainda outro método pelo qual as pessoas constroem a ordem social, agora utilizamos os nossos próprios entendimentos culturais para "engajar-nos" com "significados" que estão embuídos no próprio documento. Então, os pesquisadores não se desculparam por serem parte do mundo social que estudam, mas, pelo contrário, utilizam este fato. Um documento não pode ser lido de uma maneira "desligada". Ao contrário, devemos abordá-lo de um modo engajado, não desligado. Essa ênfase na *hermenêutica* (discutida no Capítulo 1 e em outros lugares) obriga o analista a considerar as diferenças entre as suas próprias estruturas de significados e aquelas encontradas no texto. Então, um pesquisador poderia começar com uma análise dos procedimentos de senso comum que vêm a formular o documento em primeira instância, mas a análise deles não precisa terminar aí. O documento pode ser localizado em um contexto político e social mais amplo. A seguir, os pesquisadores examinam os fatores que cercam o processo da sua produção, assim como o contexto social. Então, torna-se "necessário elevar-se acima, não apenas da particularidade dos textos, mas também da particularidade das regras e receitas nas quais está difusa a arte do entendimento" (Ricoeur, 1982, p.45).

O que as pessoas decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte: "tanto as redações aprendidas quanto as imaginativas nunca estão livres, mas são limitadas no seu imaginário, suposições e intenções" (Said, citado em Easthope e McGowan, 1992, p.59). Os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contém. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos. A busca pelo "significado" dos documentos continua, mas com os pesquisadores "suspeitando" também. Então, não é suposto que os documentos são artefatos neutros que registram a realidade social com independência (positi-

vismo), ou que a análise deve ser enraizada no conceito nebuloso do raciocínio do senso comum.

Os documentos são vistos como meios através dos quais se expressa o poder social. Eles são abordados em termos do contexto cultural no qual são redigidos e podem ser vistos “como tentativas de persuasão” (Sparks, 1992). Abordá-los desta maneira “diz-nos muita coisa sobre as sociedades nas quais os escritores escrevem e os leitores lêem” (Agger, 1991, p.7). Por exemplo, poderia refletir a marginalização de grupos particulares de pessoas e caracterização social de outros. Logo, no seu estudo da maneira na qual a mídia representava as mulheres de Greenham que protestavam contra as armas nucleares, Alison Young (1990) não tomou os seus relatórios pelo significado manifesto, mas, ao invés, examinou os modos através dos quais a mídia “nutre continuamente o desejo de visões de mundo consensuais, ordens subjacentes unificadoras e objetivas, estruturas monolíticas e o obscurecimento das diferenças” (A. Young, 1990, p.164-5).

Nessa abordagem, o próprio ato de ler um texto pode se tornar a revisão das suas premissas. Assim, para Adrienne Rich, uma leitura feminista de um texto também é um ato de recusa. O pesquisador concentra-se na maneira na qual ele construía a contribuição das mulheres para um evento, mas a estratégia de recusa possibilita que as mulheres vejam a sua situação social e política contemporânea sob uma nova luz, porque: “Até que possamos entender os pressupostos nos quais estamos mergulhados, não podemos conhecer a nós mesmos” (Rich, em Humm, 1999, p.369).

As abordagens críticas de fontes documentais estão longe de ser campos de pensamento unificados. Como observado, o trabalho de Michel Foucault, por exemplo, é um projeto crítico que não é tão preocupado com o relacionamento entre o autor e o documento, mas as maneiras nas quais a utilização de um documento está ligada ao presente como os atos escritos históricos estão ligados inevitavelmente aos usos correntes (Dean, 1994).

O trabalho pós-estruturalista de Michel Foucault e Jacques Derrida (veja Game, 1991; Kamuf, 1991; Kendall e Wickham, 1999) é influenciado por uma abordagem “semiótica” da análise textual (mencionada no Capítulo 7). Isso é representado no trabalho de Roland Barthes (1967) particularmente. Em contraste, há aqueles que são críticos dessa abordagem, pois ela parece sugerir que um texto não se refere a nada além de si mesmo, nem às intenções do seu autor. Mais uma vez, retornamos à questão de se um texto (o que incluiria a transcrição de uma entrevista ou de anotações de campo) corresponde aos eventos que descreve: é um tópico de pesquisa social ou um recurso para pesquisa social? É argumentado que um texto deve ser abordado em termos das intenções do seu autor e o contexto social no qual foi produzido.

Segundo o trabalho de Anthony Giddens (1979, 1984), John Scott (1990) sugere que um pesquisador deveria abordar um documento em termos de três níveis de interpretação do significado. Primeiro, os significados que o autor *pretendia* produzir; segundo, os significados *recebidos* como são construídos pelo público em situações sociais diferenciadas, e, terceiro, os significados *internos* nos quais os semióticos concentram-se exclusivamente. Entretanto, eles não podem “conhecer” estes “independentemente da sua recepção por um público” (J. Scott, 1990, p.34).

Podemos dizer que os textos são importantes como meios para mediar e coordenar o local e o geral nas relações e atividades sociais. Entretanto, assim como os textos organizam, eles também são organizados pelas atividades locais, e quer apareçam em uma forma impressa ou eletrônica, argumenta-se que eles possuem a propriedade de “replicabilidade infinita”. Eles podem ser ativados pela leitura dos contextos locais com um processo ativo de interpretação, mas também trazem consigo relações não-locais e, assim, organizam práticas e criam “algo como uma eclosão do atual” que regula e coordena “além da situação social da sua leitura e escrita” (Smith, 1999, p.79-80). Observando que, quando se trata da tecnologia digital, ela levanta questões relativas às noções tradicionais de validade e confiabilidade (Kotamraju, 1999), interagir com um computador ainda pode ser considerado como compartilhar “com outras formas mediadas por texto, modalidades de ser e ação ‘tiradas’ do lugar e tempo locais do ser corporal do leitor/escritor” (Smith, 1999, p.80).

Essas são apenas algumas das novas direções nas quais a pesquisa documental afastou-se da ênfase positivista que Plummer (1990) identificou como um impedimento para a sua utilização na pesquisa social. Coletivamente, elas representam várias abordagens de análise e combinam elementos do realismo, da teoria crítica, do feminismo, do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. Essas não são idéias fáceis de serem apreendidas, em especial depois do positivismo dominar a pesquisa social por tanto tempo. Entretanto, apresentar o “como” ao qual Platt (1981a) referiu-se como sendo uma perspectiva de pesquisa documental seria uma representação imprecisa da sua utilização contemporânea (assim como contrariaria a filosofia que fundamenta este livro).

Utilizando documentos

Observadas as perspectivas acima, agora, desejo passar para o processo de coleta de documento. Com esse propósito, considerarei alguns exemplos – processo no qual se tornará evidente que os métodos utilizados de-

pendem não apenas das perspectivas do pesquisador, mas também do tempo e dos recursos disponíveis, das metas da pesquisa e dos problemas encontrados na coleta de dados.

Existe uma série de relatos do processo de condução de pesquisa documental. Como observado antes, com frequência ele é aplicado junto com outros métodos, embora o processo de entender o lugar e o papel dos documentos na produção e reprodução da vida social relacione-se com as perspectivas do pesquisador, mas não seja necessariamente determinado por elas. Digo isso porque, com frequência, há impedimentos práticos para a realização de metas de pesquisa: os dados podem simplesmente não estar disponíveis, ou quem é responsável por eles não permite acesso. Ademais, o pesquisador pode julgar que a publicação de materiais pode prejudicar a memória de um autor ou grupo de pessoas ou prever que essas publicações levariam a um protesto público que não colaboraria para o entendimento de um processo ou evento.

As questões relativas aos problemas práticos encontrados no processo de pesquisa podem ser vistas em uma descrição do relacionamento entre uma comunidade e a doca naval local (Dunkerley, 1988). Ela demonstra que os pesquisadores estão sujeitos a problemas associados com o tempo e o dinheiro e à disponibilidade e acessibilidade de evidências documentais. A meta do estudo era examinar as origens da força de trabalho empregada nas docas e a "extensão da transmissão intergeracional dos cargos, a estrutura de trabalho interna, a segurança no trabalho e as atitudes políticas e o efeito das oportunidades de mobilidade" (Dunkerley, 1988, p.85). Foram escolhidos três métodos de investigação documental com este propósito. Primeiro, uma amostra de censos populacionais desde 1851, os quais são mantidos no Escritório Público de Registros (Public Record Office - PRO). O objetivo era obter informação sobre os níveis de emprego, os locais de nascimento e outros dados ao longo do tempo. Segundo, a utilização de histórias locais, assim como dos Papéis da Fazenda e do Almirantado (Admiralty and Treasury Papers) (também no PRO). Essas fontes iriam se relacionar especificamente às relações de trabalho nas docas, às oportunidades de trabalho e às habilidades a serem encontradas na localidade. Terceiro, a utilização de histórias orais baseada em entrevistas com três gerações de trabalhadores das docas.

Suriram três problemas imediatos no que o autor aponta como um exercício ambicioso dadas as limitações de tempo e de recursos (Dunkerley, 1988, p.86). Primeiro, foi assumido que os registros históricos estariam disponíveis. Como tornou-se conhecido, a informação local ou não estava disponível ou não existia mais (devido aos bombardeios sofridos durante a Segunda Guerra Mundial). Além disso, a que havia terminou sendo catalogada sob títulos obscuros no PRO. Segundo, o tipo de material coletado pelo

Censo mudou com os anos, tornando a sua coleta um projeto sem chance de sucesso ou inviabilizando a possibilidade de comparar as mudanças. Terceiro, quando se tratava de informação mais recente e detalhada, ela estava "sujeita a proibições e simplesmente não estava disponível para o pesquisador de boa-fé" (Dunkerley, 1988, p.86). A informação que existia também mostrou exigir muito tempo para ser extraída. Como resultado desses problemas e da distância que o pesquisador tinha que percorrer para chegar ao local de pesquisa, as metas de estudo foram alteradas. No final, ela concentrou-se nos "desenvolvimentos tecnológicos e históricos cobrindo o período que abrangia o século XIX" (Dunkerley, 1988, p.87).

Com frequência, junto com um entendimento das questões e métodos da pesquisa social, a prática requer imaginação. Considere, por exemplo, quais fontes poderiam ser empregadas para pesquisas de história urbana transnacionais sobre políticas municipais? Aqui, encontramos uma carência de trabalhos desse tipo no passado, e assim haveria necessidade de refletir sobre como poderia ser feito um estudo nessas condições. Ao examinar as fontes de dados para esse trabalho, assim como refletir sobre as razões para essa deficiência, Elfi Bendikat (1996) identifica algumas possibilidades. Observando que a pesquisa urbana concentrou-se em áreas selecionadas - a administração, a infra-estrutura técnica, os processos sociopolíticos e os fatores econômicos e políticos -, ela atribui isso à existência de fontes documentais. Essas incluem os seguintes tipos de documentos: correspondências administrativas, publicações, memórias, biografias, *surveys* organizacionais, registros municipais, jornais, diários, relatórios eleitorais, atas de reuniões, pedidos de ações judiciais, solicitações e queixas para órgãos municipais, histórias orais e materiais audiovisuais, incluindo filmes documentários. Reunir esses e considerá-los em relação aos seus pontos fortes e limitações com o propósito de produzir dados acerca das políticas municipais permite que o pesquisador experiente planeje um estudo que ofereça compreensões e entendimentos potencialmente ricos.

Ao fazer essas considerações, os pesquisadores têm que estar cientes da possibilidade de que a informação que procuram esteja "proibida". Por exemplo, ao pesquisar pessoas com mais de 90 anos de idade, os pesquisadores foram impedidos de obter uma amostra de nomes dos registros pelo Departamento de Seguridade Social (Bury e Holme, 1990). Além disso, mesmo que os documentos estejam disponíveis, se são manuscritos, o pesquisador pode ter problemas para lê-los, ou eles podem ter sido danificados pelo tempo. Em particular, os diários e outros documentos pessoais utilizam abreviaturas e referências codificadas a indivíduos ou eventos, as quais podem ser de difícil interpretação. Um dos mais famosos diaristas, Samuel Pepys (1633-1703), utilizava códigos nas suas anotações (J. Scott, 1990, p.179). Finalmente, em termos da utilização de documentos geral-

mente, assim como especificamente, em relação à pesquisa organizacional, vale a pena lembrar:

Eles nunca devem ser tomados pelo significado manifesto. Em outras palavras, *têm que ser vistos como informação que é específica do contexto e como dados que devem ser contextualizados com outras formas de pesquisa*. Portanto, eles devem ser utilizados somente com cautela. (Forster, 1994, p.149, grifo do original)

Outro exemplo é baseado em um estudo de campo que examinava a relação entre a mídia e as suas descrições de atividades criminais ou delinquentes (veja também Cameron e Frazer; Caputi, 1987; Sparks, 1992; A. Young, 1996). Embora sejam diferentes nas suas abordagens metodológicas e teóricas, todos empregam fontes documentais de uma forma ou de outra. Para examinar esse processo, concentram-me em nos trabalhos de Richard Ericson e dos seus colegas, os quais levantam algumas questões fundamentais.

Um estudo de Ericson e colaboradores (1991) examinava o conteúdo das fontes de notícias sobre o crime, a lei e a justiça. Dando seqüência ao seu trabalho anterior (Ericson et al., 1987, 1989), a sua perspectiva via as notícias não apenas refletindo mas também construindo ativamente o nosso sentido da realidade ao qual se referiam. Os próprios jornalistas estão implicados nos aparatos de controle social pela construção das notícias que visualizam e simbolizam o crime e tentam convencer o público da autoridade das suas descrições. Afinal, a maioria das pessoas aprendem sobre o crime, a lei e a ordem através da mídia:

Através de descrições dramatizadas, de linguagem metafórica e fotos, as notícias descrevem os eventos que são memorizados mentalmente (visualizados) mesmo quando continuam invisíveis aos olhos. As representações das notícias são simbólicas no sentido que incorporam, representam, ou respondem a pessoas, eventos, processos ou estados de coisas sendo relatados. Essas representações envolvem a autorização sobre quem pode ser representante ou porta-voz de uma organização-fonte, e sobre que fontes são “conhecidas autorizadas”. (Ericson et al., 1991, p.5)

A meta desse estudo era examinar as maneiras nas quais fontes diferentes de mídia operavam de acordo com o mercado onde estavam localizadas. Com esse propósito, os autores tomaram uma amostra de estações de rádio, de televisão e jornais que cobriam matérias criminais, de controle legal, de linguagem e justiça na região de Toronto, no Canadá. Isso forneceu uma comparação das diferentes maneiras nas quais as notícias são descritas. Essas fontes também foram agrupadas em “de qualidade” e “populares”, assim as variações entre os mercados podiam ser examinadas. Entretanto, esse era

um estudo do “conteúdo” das notícias. Todavia, foi enfatizado que o “contexto” social é fundamental para entender os significados contidos em documentos. Os autores estavam bastante cientes desse ponto:

As notícias, como a lei e a ciência, são um produto construído de modo social que é bastante auto-referencial por natureza. Ou seja, o conteúdo delas é utilizado pelos jornalistas e fontes para construir significados e expectativas sobre as suas organizações. Isso significa que o analista do conteúdo de notícias deve examinar o significado utilizado pelos produtores de notícias na construção do seu produto. (Ericson et al., 1991, p.49, grifos nossos)

Para localizar o estudo dos padrões de significados nos textos da mídia pela utilização da *análise de conteúdo*, eles basearam-se no seu trabalho emográfico anterior sobre jornalistas e a construção de fontes novas (Ericson et al., 1987; 1989). Os próprios textos foram amostrados durante um período de 33 dias para estudá-los ao longo do tempo. A meta era comparar os jornais de qualidade e os populares com a transmissão noturna de telejornais de qualidade e populares e os noticiários noturnos de rádio de qualidade e os populares. Os jornais foram amostrados por páginas, as transmissões de televisão foram gravadas em fitas de vídeo e as de rádio em fitas de áudio. As reportagens de rádio e televisão foram transcritas – hieralmente – junto com notas sobre a utilização de outros “visuais” e sons além das palavras. O resultado foi uma quantidade enorme de dados que foram analisados com detalhes consideráveis e localizados nos seus estudos anteriores sobre a construção de notícias.

Abordando um documento

Tendo discutido esses exemplos, resta considerar nesta seção que questões um pesquisador deve abordar em um documento? Essa não é uma lista exaustiva, mas aponta para os temas principais levantados no processo de pesquisa documental. John Scott (1990) propõe quatro critérios para avaliar a qualidade das evidências disponíveis a partir das fontes documentais. Eles são a autenticidade, a credibilidade, a representatividade e o significado.

A questão da *autenticidade* de um documento é essencial para a condução desse tipo de pesquisa: “O julgamento da autenticidade a partir de evidências internas do texto só chega quando se está satisfeito que é tecnicamente possível que o documento seja genuíno” (Calvert, 1991, p.121). Entretanto, mesmo um documento inautêntico poderia ser de interesse, porque “ele não pode ser total e corretamente entendido a menos que se

saiba que ele não é autêntico" (Platt, 1981a, p.33). Assim, Platt fornece diversas linhas de orientação para avaliar a autenticidade deles.

Primeiro, o documento pode conter erros óbvios ou ser inconsistente na sua representação. Segundo, existem versões diferentes do mesmo documento. Terceiro, há inconsistências internas em termos de estilo, conteúdo, caligrafia e assim por diante. Quarto, o documento passou pelas mãos de uma pessoa ou pessoas que tinham interesse que se fizesse uma leitura particular do seu conteúdo. Sexto, a versão deriva de uma fonte secundária suspeita. Sétimo, ele é inconsistente em relação a outros documentos semelhantes. Finalmente, ele é "conciso" demais em termos de ser representativo de um certo grupo de documentos (Platt, 1981a, p.34). Nas suas sugestões para a análise de documentação empresarial, Forster resume esse exame da autenticidade propondo que o pesquisador faça as seguintes perguntas:

Os dados são genuínos? São de uma fonte primária ou secundária? São de fato o que parecem ser? São cópias autênticas dos originais? Foram corrompidos ou adulterados? A autoria pode ser validada? Os documentos estão datados e localizados? São registros precisos dos eventos ou processos descritos? Os autores dos documentos são dignos de crédito? (Forster, 1994, p.155)

Por exemplo, no seu próprio estudo da história dos métodos de pesquisa nos Estados Unidos, Jennifer Platt (1996) examinou os textos sobre métodos utilizando artigos em manuais e periódicos de destaque do período em questão (1920-1960). Embora não supondo que eles fossem representativos de compromissos com métodos particulares, isso permitiu-lhe considerar em que extensão os relatórios de práticas conformavam-se a compromissos teóricos particulares na época. Utilizando várias fontes, inclusive entrevistas, ela foi capaz de construir um quadro da relação entre a teoria e o método e argumentou que o primeiro não poderia explicar a adoção ou a gênese do último (veja May, 1997).

Após o questionamento da autenticidade de um documento, há a *credibilidade*. Isso refere-se à extensão na qual a evidência é sincera e não distorcida, livre de erros e evasivas (J. Scott, 1990, p.7). As perguntas a serem feitas nesse ponto incluem as seguintes: as pessoas que registram a informação são confiáveis nas suas traduções da informação que recebem? Qual é a precisão das suas observações e registros? Para obter isso, podemos empregar outras fontes sobre a vida e as simpatias políticas do autor. Isso permitirá ao pesquisador estabelecer o contexto social e político no qual o documento foi produzido.

A *representatividade* foi referida como uma questão de "tipicidade" no Capítulo 7. A questão de se um documento é típico depende dos objetivos da pesquisa. Os documentos "atípicos" podem ser de interesse, assim não deveríamos ficar muito obcecados com essa questão, pois ela é impulsionada igualmente

pelos objetivos do estudo. Não obstante, se estamos preocupados em retirar conclusões que pretendem defender que haja um "documento típico" ou um "método típico" para representar um tópico no qual estamos interessados, então essa é uma consideração importante para demonstrar como uma interpretação de um evento predomina pela exclusão de outras. Por exemplo, Calvert (1991) observa como alguns documentos são destruídos nos Estados Unidos deliberadamente e protesta contra o "viés sistemático" de uma série intitulada *Relações Internacionais dos Estados Unidos (Foreign Relations of the United States)*.

Por fim, há a questão do *significado* de um documento. Isso refere-se à clareza e à compreensão de um documento para o analista. Duas perguntas merecem atenção: "O que ele é?" e "O que ele nos diz?" (J. Scott, 1990, p.8). Entretanto, essas não são perguntas fáceis de responder. Retornando ao exemplo da pesquisa de mídia de Ericson e seus colegas, os significados foram estabelecidos em um contexto social derivado de estudos anteriores. Assim, embora os significados mudem e a utilização das palavras varie, uma idéia do contexto social permite o entendimento.

O método da pesquisa documental, como todos aqueles que cobrimos até aqui, requer não apenas alguma prática, mas também uma reflexividade por parte do pesquisador. Por exemplo, foi observado que utilizar documentos na Internet pode levantar questões específicas em relação à validade e a confiabilidade (Kotamraju, 1999; Lee, 2000). Dito isso, os documentos fornecem uma fonte de dados importante para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais. Portanto, como espero ter mostrado, eles são centrais para entender e explicar as relações sociais. Agora, resta-me examinar a análise de documentos e questões relacionados a sua utilização.

A ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Consideramos um documento em termos da sua autenticidade, representatividade, credibilidade e significado; John Scott (1990) divide o último em significado pretendido, recebido e de conteúdo. Construindo sobre esses temas, esta seção seguirá o mesmo padrão dos Capítulos 5 a 7, apresentando uma visão geral das abordagens para que o leitor possa perseguir áreas de interesse específicas. Isso é particularmente pertinente considerando que foram levantadas uma série de questões teóricas, desde o positivismo dominante, passando pela interpretação de documentos em termos de raciocínios de senso comum, até abordagens semióticas, hermenêuticas, feministas e críticas. Claramente, existem diferenças de ênfase em termos de como um documento é abordado. Em termos das histórias de vida, a abordagem de Plummer (1990) leva em conta as intenções e os propósitos do autor. Todavia, para aqueles influenciados por Barthes (1967),

o texto toma vida própria, separada do autor. Dadas essas perspectivas diferentes, não é surpreendente encontrar documentos analisados tanto de maneiras quantitativas quanto qualitativas.

Abordagens quantitativas e qualitativas

Os documentos não existem isolados, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido. Com esse propósito, podemos utilizar a análise de *conteúdo* que inclui três estágios: estabelecer o problema de pesquisa, recuperar o texto e empregar métodos de amostragem, interpretação e análise. Esse enfoque considera a frequência com que certas palavras ou frases particulares ocorrem no texto como um meio de identificar as suas características. A estrutura analítica resultante dá sentido aos dados através de categorias teóricas geradas. Esse método toma tanto a forma quantitativa quanto a qualitativa. A análise de conteúdo quantitativa

procura mostrar padrões de regularidades no conteúdo através da repetição, a análise de conteúdo qualitativo... enfatiza a fluidez do texto e do conteúdo no entendimento interpretativo da cultura. (Ericson et al., 1991, p.50)

Como com as entrevistas e a observação, a utilização de programas de computador na análise dos textos ajuda a alcançar esses fins. Eles auxiliam a buscar frases e palavras individuais e a sua frequência ou contexto no texto; eles também podem ajudar a analisar as conexões entre os códigos ou categorias de comportamento que a produção do documento poderia representar (veja N. Fielding e Lee, 1991). A análise de conteúdo é empregada comercialmente por aqueles interessados nos setores de computação, comunicações e mídia e é possível recuperar textos de jornais seja em CD-ROM ou em bases de dados comerciais *on-line*, tendo em mente o diferencial de custo:

Ter o texto em CD-ROM oferece vantagens em termos de utilização ilimitada (uma vez que o disco foi comprado), ao contrário da utilização de bases de dados *on-line* onde a utilização é restrita pelo custo do tempo *on-line* e pelo custo de linhas de texto lidas. (Hansen, 1995, p.150-1)

Como com a discussão sobre a padronização no Capítulo 5, o analista quantitativo buscaria derivar categorias dos dados para que eles possam ser considerados. Palavras ou frases no documento são transformadas em números. O número de vezes que uma palavra ocorre no texto é tomado como um indicador da sua significação, uma estratégia que supostamente reforça a confiabilidade e a validade dos dados classificados. Portanto, é tido por certo "que existe uma

correspondência defensável entre a descrição transformada e a intenção dada à informação na sua forma original" (Garfinkel, 1967, p.190-1).

Ao considerar os problemas de uma contagem quantitativa, as questões cobertas nos capítulos anteriores apresentam-se novamente. Primeiro, esse método considera o produto e diz pouco do processo. No contexto dessa discussão, ele trata somente do que foi produzido, não das decisões que informaram a sua produção, as quais nos dizem tanto sobre os seus significados recebidos e pretendidos. Segundo, levanta-se um problema empirista, pois ele trata somente da informação que pode ser medida e padronizada e, por essa razão, considera somente os dados que podem ser simplificados em categorias. Terceiro, nessa preocupação, ele reproduz os significados utilizados pelos autores em primeira instância, em oposição a submetê-los à análise crítica em termos do contexto político, social e econômico da sua produção. Quarto, desde uma perspectiva etnometodológica, ele falha em entender o contexto de senso comum da sua produção e interpretação como parte dos métodos pelos quais as pessoas constroem sentido no seu mundo social (Benson e Hughes, 1991; Heath e Hindmarsh, 2002). Quinto, ele assume que os públicos que recebem a mensagem devem traduzi-la como o analista o faz. Portanto, por omissão, ele nega a idéia de que um texto está sujeito a uma série de leituras possíveis pelo seu público (todas as pessoas leriam os mesmos significados nas anotações de um diário ou em uma reportagem de jornal? Se não, por quê?). Para retornar à discussão do Capítulo 1, isso pode facilmente se tornar um modelo grosseiro de estímulo-resposta do comportamento humano: ou seja, o que as pessoas lêem é o que elas pensam. Para saber o que o público está pensando automaticamente, os analistas só têm que ler o texto.

Portanto, a frequência com que as palavras ou frases ocorrem em um texto (uma ênfase quantitativa) pode não dizer nada sobre a sua "significação em um documento" (uma ênfase qualitativa):

Pode acontecer que uma única palavra ou frase de impacto transmita um significado desproporcional por completo à sua frequência; e uma abordagem não-quantitativa pode ser mais capaz de apreender a significação dessas referências isoladas. O analista do conteúdo deve engajar-se em um ato de síntese qualitativa ao tentar resumir o significado geral e o seu impacto sobre o leitor. (J. Scott, 1990, p.32)

Assim, para retornar aos pontos anteriores, o texto (seja um documento, um diário ou outro), o público dele e o seu autor tornam-se três componentes essenciais em um processo de construção de significado de John Scott (significado pretendido, recebido e conteúdo). De acordo com ele, para que os pesquisadores aprendam a sua significação, eles devem se concentrar no que o autor pretendia ao produzir o documento; os signifi-

cados dados a ele pelo seu público potencial (incluindo o analista que, por um ato de leitura, é parte daquele público e assim precisa agir reflexivamente) e, por fim, entre estes dois, o próprio texto, sobre o qual se concentram os analistas de conteúdo e os semióticos. Esses componentes somam-se a uma observação simples: "O significado de um documento não pode ser entendido a menos que se saiba a que gênero ele pertence e o que isso implica para a sua interpretação" (Platt, 1981b, p.53).

Por outro lado, a análise qualitativa do conteúdo começa com a idéia de processo, ou contexto social, e vê o autor como um ator auto-consciente que se dirige a um público em circunstâncias particulares. A tarefa do analista torna-se uma "leitura" do texto em termos dos seus símbolos. Com isso em mente, o texto é abordado a partir do entendimento do contexto da sua produção pelos próprios analistas. Tal entendimento pode ser obtido pela utilização de fontes secundárias ou, como no exemplo acima, por outros métodos como os estudos observacionais:

No processo, o analista seleciona o que é relevante para análise e faz montagens para criar tendências, seqüências, padrões e ordens. O processo de desconstrução, interpretação e reconstrução derruba muitas das suposições prezadas pelos analistas quantitativos. (Ericson et al., 1991, p.55)

A flexibilidade desse método, como da observação participante, é considerada uma vantagem especial. Ela permite que o pesquisador considere não apenas as maneiras nas quais o significado é construído, mas também aquelas nas quais são desenvolvidos e empregados significados novos. Assim, o estudo de Alison Anderson (1997) fornece-nos uma compreensão detalhada do relacionamento entre a mídia e a construção cultural de questões ambientais. Em particular, ela realiza um exame em profundidade das pressões políticas e dos grupos de pressão ambientais e lança um olhar crítico sobre a produção, transmissão e negociação de novos discursos. No processo, a teoria é gerada, modificada e testada a partir das particularidades do documento até um entendimento geral do seu contexto e das maneiras de representar o mundo social.

A partir disso, podemos dizer que, embora seja importante ligá-los aos seus autores (os significados pretendidos seja por um jornalista ou o autor de um diário ou de uma autobiografia), os textos são sempre utilizados de maneiras que dependem da situação social do público (o significado recebido do leitor). Como com as entrevistas e os dados observacionais, as análises que utilizam programas computadorizados podem auxiliar nesse processo (N. Fielding e Lec, 1991; R. Lee, 1995; N. Fielding, 2002).

Além dessa ênfase sobre os significados pretendidos e recebido, há o significado contido sobre o qual os analistas de conteúdo e os semióticos enfocam a sua atenção. A semiótica é uma área complexa de estudo na

qual as interpretações de documentos são colocadas em sistemas de representações culturais. Podemos tomar a idéia de Umberto Eco de uma "semiótica específica" para ilustrar isso:

Uma semiótica específica é, ou visa a ser, a "gramática" de um sistema de signos particular e mostra-se bem-sucedida na medida em que descreve um dado campo de fenômenos comunicativos conforme regrados por um sistema de significação. Assim, há as "gramáticas" da Linguagem de Signos Americana, dos sinais de tráfego, da "matriz" das cartas para diferentes jogos ou de um jogo particular (por exemplo, pôquer). (Eco, 1984, p.5)

Desde um ponto de vista metodológico, podemos dizer que a semiótica preocupa-se em examinar a relação entre um significante e um significado (a idéia ou conceito ao qual o significante refere-se). O último pode não se referir a um objeto material, mas a maneira na qual um sistema de linguagem, através dos seus signos, organiza o mundo. Assim, um semiótico aborda um documento para explicar os seus princípios de significação; sendo a meta geral, como afirma Manning,

explicar como os significados dos objetos, dos comportamentos ou da fala são produzidos, transformados e reproduzidos... O interpretante conecta uma expressão ou significante (uma palavra, uma gravura, um som) com um conteúdo ou significado (outra palavra, imagem ou retrato). (Manning, 1988, p.82, grifo do original)

Para que esse enfoque seja significativo, no sentido empregado até aqui, o texto deve ser localizado e analisado paralelamente aos significados pretendidos e recebido. Em outras palavras, o escritor suporá uma competência por parte do público, e é com essas suposições que o analista precisa engajar-se, empregando, reflexivamente, os seus próprios entendimentos culturais paralelamente a um entendimento do contexto no qual o documento foi produzido.

Em termos práticos, as perguntas feitas sobre um documento no nível do significado contido enfocam as relações dentro do texto e as suas relações com outros textos:

Qual é o relacionamento das partes de um texto umas com as outras? Qual é o relacionamento do texto com outros textos? Qual é o relacionamento do texto com aqueles que participaram na sua construção? Qual é o relacionamento do texto com as realidades concebidas como externas a ele? Que padrões empíricos são evidentes nessas relações intra e intertextuais e o que eles indicam sobre o significado? (Ericson et al., 1991, p.48)

Uma posição crítico-analítica consideraria como o documento representa os eventos que descreve e como exclui potenciais interpretações contrárias do leitor. Isso considera as maneiras nas quais um texto tenta tampar a sua autoridade sobre o mundo social que descreve. Ao fazê-lo, o mundo social poderia ser caracterizado pela exclusão de informações valiosas e a caracterização dos eventos e das pessoas de maneiras particulares de acordo com certos interesses.

A caracterização supracitada tem tendido a supor uma dicotomia simples entre as abordagens quantitativas e qualitativas. Embora hajam diferenças claras de ênfase, em todo este livro foram levantadas questões a respeito desse dualismo continuamente. Portanto, não é surpreendente encontrar pesquisadores teóricos de diferentes perspectivas utilizando ambos os métodos com resultados interessantes. Todavia, eles não compartilham necessariamente as suposições fundamentais de grande parte da análise de conteúdo com o esboçado *supra*. De fato, Marsh, cujos comentários sobre o significado e a análise quantitativa foram vistos no Capítulo 5, empregou programas de computador para examinar dados da história do trabalho (C. Marsh e Ger-shuny, 1991) em um livro que tenta desafiar a divisão entre quantitativo e qualitativo (Dex, 1991). Ademais, Silverman (1985) e Billig (1988), de diferentes perspectivas teóricas, empregaram métodos de contagem simples para analisar os discursos de um líder sindical e de um político respectivamente, e Platt (1996) emprega um método semelhante no seu estudo da história dos métodos de pesquisa americanos. De acordo com John Scott (1990), os programas computadorizados para a análise de documentos ainda podem ser empregados proveitosamente se forem utilizados os seus três componentes de interpretação do significado. Não obstante, a utilização de análises quantitativas não elimina a necessidade dos pesquisadores responder pelas interpretações que empregaram ao analisar os documento(s).

Uma nota sobre a apresentação dos dados

No segundo de dois artigos sobre pesquisa documental, Jennifer Platt (1981b) observa a conexão entre a justificativa do procedimento interpretativo utilizado na análise de documentos e como os resultados de pesquisa são apresentados de uma maneira consistente. Como com a pesquisa em geral, a arte da comunicação é fundamental para o processo de pesquisa. Como ela observa (Platt, 1981b, p.60), existem diferenças quando se trata da apresentação de um pequeno número de casos ou de exemplos de um fenômeno social. Então, o autor tenta apelar para a autoridade das suas interpretações de maneiras particulares. Um método é recorrer à apresentação de todos os dados que substanciam a idéia que ele deseja defen-

der. Outro é fazer um uso liberal de notas de rodapé para fazer elaborações sobre o texto. Esse não é um problema fácil para resolver. Entretanto, ela sugere três maneiras nas quais tomar uma posição intermediária entre a apresentação total dos dados e um apelo à autoridade. Antes de passar para questões sobre a pesquisa documental, resumir-las-ei abaixo.

A primeira estratégia é fornecer um relato do método utilizado no início. Isso remove a obrigação de fazer elaborações sobre o procedimento quando desejar defender uma idéia particular na interpretação do(s) documento(s). Entretanto, o problema com essa estratégia é que o método não é demonstrado em cada ponto da análise, mas afirmado no início. Como resultado, requer um alto grau de confiança no autor (Platt, 1981b). Então, o pesquisador poderia utilizar uma segunda estratégia e dar um relato do método, conforme cada conclusão desdobre-se – um método semelhante ao uso de notas de rodapé pelo historiador. Cada caso positivo e negativo em relação aos resultados seriam relatados para substanciar as inferências. Entretanto, “aquí, o perigo é que isso pudesse se tornar tão pesado quanto apresentar todos os dados” (Platt, 1981b, p.61).

Por fim, o pesquisador poderia empregar um “estilo ilustrativo” como estratégia. Então os dados, que possam ser apoiados pela utilização de exemplos específicos, são selecionados em relação à capacidade de ilustrar os temas gerais que emergem. Entretanto, novamente, o leitor deve confiar na autoridade das interpretações. Portanto, não surpreendentemente, dadas as vantagens e desvantagens de cada estratégia, Platt (1981b) defende a utilização de todos os três, dependendo da natureza dos dados utilizados e dos tipos de conclusões alcançadas. Para grandes quantidades de dados, um procedimento de amostragem e codificação precisaria ser explicado. Em termos de dados em pequena escala, as fontes e métodos de inferências precisariam ser descritos. Se os exemplos são utilizados para ilustrar pontos e se outros estão disponíveis, como eles são escolhidos? Finalmente, há a possível utilização de um relato geral do processo de análise e conferência dos procedimentos interpretativos empregados:

Isso equivale a dizer que onde seja utilizado um procedimento sistemático, ele deve ser descrito, e, então, os resultados relatados levarão à convicção que o procedimento merece. Assim, a questão retorna ao planejamento de procedimentos sistemáticos satisfatórios de análise e interpretação. (Platt, 1981b, p.62)

QUESTÕES NA PESQUISA DOCUMENTAL

As críticas da pesquisa documental tendem a originar-se de como os documentos são utilizados, e não de sua utilização. Implícita e explicita-

mente, muitas delas foram cobertas. Aqui, examinarei o viés dos documentos e a seletividade na sua análise.

A importância de ver um documento em termos do seu viés potencial foi enfatizada. A própria história e o nosso entendimento dela podem ser informados por uma leitura seletiva de documentos, ou esses mesmos documentos também podem ser seletivos. Assim, aquilo que as pessoas decidem registrar, incluir ou deixar de fora, é informado pelas decisões que se relacionam ao ambiente social, político e econômico dos quais são parte. Como todas as ciências sociais e as naturais, a história é receptiva à manipulação e à influência seletiva. Ao realizar pesquisa documental, deveríamos estar cientes dessas influências e não supor que os documentos são simplesmente artefatos neutros do passado. Devido a uma abordagem frequentemente acrítica dessa forma de pesquisa, ela tem sido criticada por marginalizar as pessoas, por exemplo, segundo recortes de raça, classe, etnia, gênero e cultura.

Igualmente, em uma época na qual as novas tecnologias aceleraram as comunicações, vemos-nos diante das possibilidades e dos problemas potenciais da utilização da Internet com propósitos de realização de pesquisa. Embora (como foi sugerido antes) isso levante questões particulares relativas à confiabilidade e à validade, os pesquisadores têm que exercer uma reflexividade crítica ao serem cercados por asserções como as de que a Internet é democrática no seu modo de operação, armazenagem e distribuição de informação. As grande empresas gastam quantias de dinheiro enormes para assegurar que as suas imagens cheguem ao domínio público de maneiras particulares, ou quando não o fazem, podem rapidamente enfrentar a produção de representações mais favoráveis. Igualmente, embora a tecnologia digital forneça oportunidades para novas formas de pesquisa, deveria ter-se em mente que ela “presta-se para a criação, modificação, destruição e reposição de informação com muito pouco esforço e custo” (Kotamraju, 1999, p.467).

Isso relaciona-se a uma questão mais geral: utilizar documentos sem a consideração devida do processo e do contexto social da sua construção. Por exemplo, os semióticos examinam o próprio texto em termos do significado “contido”, sem consideração dos componentes de significados “pretendidos” e “recebidos”. A tradição do pensamento social, como a de Plummer, que fundamenta esses comentários opõe-se às abordagens que consideram a intenção e os propósitos do autor como uma parte importante da sua análise. Em contraste, os autores dessa perspectiva não considerariam um documento como simplesmente refletindo a “realidade” social à qual se refere, como suporiam aquelas abordagens empiristas e simplistas para o estudo da vida social.

RESUMO

O título “pesquisa documental” reflete um espectro muito amplo tanto de perspectivas como de fontes de pesquisa. Os documentos bem podem ser parte das contingências práticas da vida organizacional, mas (como também vimos) são vistos como parte de um contexto social mais amplo. Eles podem ser considerados em termos da centralidade da sua autoria, enquanto outros, particularmente influenciados pelas vertentes recentes da teoria pós-estruturalista francesa, não consideram o autor como sendo de consequência imediata. Essas últimas influências assistiram a um movimento na direção de estilos mais literários de análise que situam-se desafortunadamente ao lado do legado positivista que pode ser detectado na pesquisa social. Ao considerar essa questão, poderíamos ter em mente a filosofia que alicerçou a abordagem de Raphael Samuel sobre escritos históricos como aplicável às ciências sociais como um todo:

a história não é uma prerrogativa do historiador, nem mesmo uma “invenção” do historiador, como o pós-modernismo defende. Ao invés disso, é uma forma social de conhecimento; o resultado do trabalho, em qualquer circunstância, de milhares de mãos diferentes. Se isso é verdade, a questão a tratar em qualquer discussão sobre historiografia não deveria ser o trabalho do estudioso individual, nem mesmo as escolas de interpretação rivais, mas, antes, o conjunto de atividades e práticas nas quais as idéias de história estão embutidas ou em que uma dialética de relações passado-presente é recitada. (Samuel, 1994, p.10)

Com um aumento da informação disponível através dos meios discutidos aqui, a pesquisa documental irá se tornar mais popular e relevante. Portanto, junto com outros métodos, ela produzirá compreensões mais valiosas das sociedades e das dinâmicas da vida social.

Questões para reflexão

1. Liste as fontes documentais que você poderia empregar ao estudar a implementação de políticas em uma organização.
2. Quando trata-se de entender um documento, quais são as questões a serem consideradas ao examinar o significado?
3. Ao abordar um documento para análise, que questões preocupam-lo-iam como pesquisador?
4. Você é solicitado a planejar um estudo que emprega “medidas intrusivas” de desempenho da polícia. Claramente, primeiro, você

teria que definir a idéia de “desempenho”. Entretanto, mantendo isso de lado, que fontes você utiliza? Para começar, a quantidade de pixações em lugares públicos é um indicador? Ou o número de pares de botas que um policial gasta em um ano de patrulhas?

LEITURAS SUGERIDAS

- Emmison, M. e Smith, P. (2000) *Researching the Visual: Images, Objects, Contexts and Interactions in Social and Cultural Inquiry*. London: Sage.
- Lee, R. M. (2000) *Unobstrusive Methods in Social Research*. Buckingham: Open University Press.
- Scott, J. (1990) *A Matter of Record: Documentary Sources in Social Research*. Cambridge: Polity.
- Stein, S. (1999) *Learning, Teaching and Researching on the Internet: A Practical Guide for Social Scientists*. London: Longman.